

Abertura Realista

A dívida externa é um fardo muito pesado para ser carregado pela sociedade brasileira. Por isso, é indispensável uma renegociação com os governos e credores para flexibilizar os termos do pagamento do seu serviço. A realidade é que a dívida brasileira de US\$ 115 bilhões está sendo passada adiante no mercado por metade do valor de face pelos bancos com pequena posição credora. Preferem dar baixa do Brasil em seus livros a esperar uma solução para o pagamento do principal, que todos sabem impossível em menos de 20 anos.

A negociação da dívida por metade do valor mostra que há um campo enorme de manobra para o Brasil explorar em uma negociação realista e inteligente com os credores visando a reduzir a transferência externa de poupança, a título de pagamento dos encargos. Do mesmo modo, o país precisa oferecer internamente atrativos aos credores, com esquemas de redução da dívida que casem o interesse nacional com o interesse dos bancos em oferecer rentabilidade a seus milhares de acionistas.

Um dos problemas históricos do Brasil se assenta na construção de um regime capitalista sem capital próprio, devido à extrema anemia do mercado de capitais. O crédito sempre foi o oxigênio dos negócios. E, em grande parte, coube ao próprio Estado suprir créditos ao setor privado. Isto não só criou uma perversa dependência do Estado como originou óbices intransponíveis para a consecução de qualquer política monetária e fiscal restritiva para debelar a inflação.

O aperto no crédito e a alta das taxas de juros podem significar a sentença de morte de empresários sem suficiente capital próprio para tocar os negócios. Todos dependem em excesso do caro crédito bancário. Caro tanto no Brasil como nos Estados Unidos, Japão ou Europa. O Plano Cruzado, por sinal, trouxe à baila essa distorção: milhares de novos pequenos e micro-empresários montaram negócios ancorados no crédito, confiando nas vendas e na inflação zero.

Não tinham a mínima noção da lei da oferta e da procura. Quando o Cruzado naufragou, não aguentaram o rojão dos juros altos e das vendas em baixa. O assunto terminou na Constituinte, com perdão para parte da correção monetária pós-Cruzado. O Plano Verão, ao partir com uma política de juros altos, certamente, não criará de imediato novos empresários. Mas aqueles já estabelecidos começam a criticar os juros altos fixados pelo governo para forçar uma desova de estoques que assegure adiante a estabilidade dos preços.

Dentro desta premissa, a questão é como atrair recursos para o capital das empresas. No caso brasileiro, o principal problema é capitalizar empresas estatais que dependiam do financiamento externo ou da dívida pública interna. O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, já deu uma luz: será permitida a participação acionária estrangeira no capital das estatais a serem mantidas sob controle da União ou naquelas que serão privatizadas, até o montante de 30% do capital votante e no máximo de 45% do capital total.

Modelo semelhante foi feito pela Inglaterra na privatização das estatais pelo governo Thatcher. Mas, cuidou-se de assegurar uma participação mínima de 20% do capital aos empregados dessas empresas, com financiamentos favorecidos, mediante desconto em folha. Assim também fez a França de Mitterrand e, em parte, a Espanha de Felipe Gonzalez. Os empregados passaram a ser sócios da produtividade.

Essa é a saída inteligente para trocar a estrutura do capitalismo financeiro no Brasil pelo capitalismo societário, assegurando-se aos empregados a participação nos lucros inscrita na Constituição. Tal sistema permite um modelo tripartite eficiente para uma nova face da economia brasileira após o fim da correção monetária: a estrutura acionária assentada no empresário privado, no capital estrangeiro, na participação dos empregados e, eventualmente, no capital estatal.